

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



**ATAS**

### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique e Inácio Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as oportunidades e entraves na produção de pescado, o processamento agroindustrial dessa produção e a pesca no Estado. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 5.043/2018 (deputado Gustavo Santana), Projeto de Lei nº 5.271/2018 (deputado Inácio Franco) e Projeto de Lei nº 4.994/2018 (deputado Tito Torres). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. João Crescêncio Aragão Marinho, secretário adjunto de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Leandro Carmo Guimarães, gerente de Proteção à Fauna Aquática e Pesca da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Frederico Ozanam de Souza, assessor especial da Diretoria da Aquicultura e Pesca da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Leonardo Romano, aquicultor, coordenador da Câmara Técnica Setorial de Aquicultura da Seapa; Wallisson Lara Fonseca, analista de agronegócios da Câmara Técnica Setorial de Aquicultura do Conselho Estadual de Política da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; e Carlos Augusto Gomes Leal, coordenador curso de aquicultura da Universidade Federal de Minas Gerais. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao deputado Inácio Franco e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2019.

Bruno Engler, presidente – Antonio Carlos Arantes.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/5/2019**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Gustavo Mitre e Raul Belém, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Mitre, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o suposto deslocamento de vagões do Município de Oliveira para o pátio da empresa Valor Logística Integrada – VLI – no Município de Bom Sucesso, com a finalidade de desmanche e sucateamento dos vagões. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Mario Rodrigues Junior, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, acusando o recebimento de ofício encaminhado pelo presidente desta Casa, solicitando a suspensão do processo da prorrogação antecipada do prazo de vigência contratual da concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas S.A. – EFVM –, assim como da Ferrovia Centro Atlântica S.A. – FCA – e da MRS Logística, e sugerindo a submissão da matéria à apreciação do Ministério da Infraestrutura – Minfra –, ente público responsável pela formulação das políticas públicas destinadas ao setor de transportes, de forma que este órgão possa avaliar a pertinência do pleito e posteriormente encaminhar para apreciação do programa de parcerias de investimentos – PPI; Ten.Cel. PM José Luiz Reis Júnior, subchefe da Assessoria de Relações Institucionais do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, em resposta ao requerimento nº 11.559/2018; e Júlio Cezar Nogueira Fares Júnior, prefeito de Mateus Leme, convidando os membros da comissão para a cerimônia de reinauguração da estação ferroviária do município, a ser realizada no dia 25 de maio às 9 horas; e e-mails do Sr. Jamil Megid Junior, secretário Nacional de Transportes Terrestres, agradecendo o convite para participar desta audiência e comunicando que o tema em questão, sobre a destinação de material obsoleto de uma empresa privada, apesar de relevante e importante, não está no rol de atividades e tampouco na área de atuação desta secretaria; e da Sra. Maria Alice Nascimento Souza, assessora de Relações Parlamentares da Agência Nacional de Transportes Terrestres, agradecendo o convite para participar desta audiência e justificando a ausência de representante da Antt, tendo em vista não ter tido tempo hábil para compra de passagem. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.046/2019, da deputada Marília Campos e dos deputados Gustavo Mitre e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública com a presença do secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas para apresentar os projetos ferroviários existentes e pretendidos para o Estado;

nº 2.047/2019, da deputada Marília Campos e dos deputados Gustavo Mitre e Raul Belém, em que requerem seja realizada audiência pública com a presença do Ministério Público Federal para debater o calendário de liberação da multa aplicada às concessionárias de transporte ferroviário em razão do abandono das linhas férreas, bem como a metodologia de aplicação da mesma.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lígia Cristina Lazarini, gerente de Patrimônio da VLI Logística; Maria Amanda Vargas de Almeida Sardinha, vereadora da Câmara Municipal de Oliveira; e Maria Conceição Pinheiro de Campos, membro da Diretoria do Circuito Cultural Campos das Vertentes e ex-secretária municipal de Cultura de Oliveira; e os Srs. Flávio Henrique Rodrigues Pereira, gerente de Relações Institucionais da VLI Logística; Francisco Donizetti Naves e Antônio Ananias de Sousa, vereadores da Câmara Municipal de Oliveira; Sérgio Motta de Mello, diretor da Associação de Preservação das Tradições e do Patrimônio Cultural de Santa Bárbara; e Luciano Murta, diretor da ONGTrem. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações

iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 22/5/2019, às 18 horas, na Câmara Municipal de Ouro Preto, com a finalidade de debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2019.

João Leite, presidente.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/5/2019**

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater denúncias de assédio moral e abuso de autoridade no presídio feminino de Caxambu, com base nas inúmeras situações relatadas e denúncias feitas pelas servidoras dessa unidade contra os Srs. Rafael Rodrigues Diniz, diretor-geral, Alexandre, atual diretor de segurança, e Rodney Dantas, diretor de referência prisional da 17ª Região Integrada de Segurança Pública do Sul de Minas. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: do Sr. Gustavo Henrique Wykrota Tostes, secretário adjunto de Estado de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Administração Prisional (18/4/2019 – 7); da Sra. Gilcéia Aparecida de Oliveira Ramos, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Administração Prisional (3/5/2019); e dos Srs. Leonardo Duque Barbabela, promotor de justiça do Ministério Público do Estado (23/4/2019), José Luiz Rei Júnior, subchefe da Assessoria de Relações Institucionais do Polícia Militar de Minas Gerais (10/5/2019 – 2), Adriano Marcos Furtado, diretor-geral de Polícia Rodoviária Federal (18/4/2019), Luís Álvaro Abrantes Campos, prefeito, de Barbacena (9/5/2019), e Kleyverson Rezende, diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (9/5/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 152/2019, no 1º turno (deputado Delegado Heli Grilo) e Projeto de Lei nº 645/2019, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.028, 1.035, 1.076, 1.077 e 1.084/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.988/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências com vistas à nomeação ou contratação dos candidatos aprovados no último certame, que visava ao preenchimento das vagas de agente socioeducativo e agente penitenciário no Estado;

nº 2.010/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Unesco, no Brasil, pela publicação do relatório “Punir o crime, não a verdade: destaques sobre a segurança dos jornalistas e o perigo da impunidade”;

nº 2.019/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam apurados os fatos envolvendo suposta negativa de disponibilização de ambulância da NAIS, da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar, em Frutal, para o atendimento da Sra. Itazira Nunes da Mata, de 82 anos, segurada do IPISM;

nº 2.039/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atuação dos papiloscopistas federais e estaduais, que prestam serviços na identificação de pessoas, e para se prestarem homenagens especialmente pelo excelente trabalho realizado na identificação de corpos no desastre da barragem da Vale, em Brumadinho.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tonya Lara Lacerda Mendes Brandão, membro da Comissão de Conciliação de Assédio Moral da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representando o Sr. Mario Lucio Alves de Araújo, secretário de Segurança Pública, Sandra Bergantim, agente penitenciária em Caxambu, e Elisabete Cristina Nicolau Andrade de Carvalho, agente penitenciária em Caxambu, e Dayene de Moura Ambrósio, agente penitenciária em Caxambu; e os Srs. Daniel Anunciação dos Santos, diretor-executivo do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG –, representando o Sr. Adeilton de Souza Rocha, presidente, Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes Prisionais de Minas Gerais, Wanderson Eustáquio Costa, vice-presidente do Sindasp-MG, Bruno de Oliveira Reis, Agente Penitenciário em São Lourenço, Carlos Henrique de Almeida, coordenador do Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representando o Sr. Mario Lucio Alves de Araújo, secretário de Segurança Pública, Ricardo Leonardo da Silva Nascimento, agente penitenciário em Itajubá, e Diemerson Souza Dias, presidente da Associação Mineira dos Agentes e Servidores Prisionais do Estado de Minas Gerais – Amasp. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.078/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Betim pedido de providências com vistas à realização de obras de manutenção, recuperação, melhoria e capina do lote localizado atrás da Base Comunitária Móvel nº 21.909 da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, na Rua Patrocínio, 421, no Bairro Vila Cristina, nesse município;

nº 2.079/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para que seja restabelecido, com urgência, o convênio de assistência à saúde e hospitalar com o Hospital São Lucas, no Município de Paracatu, uma vez que, segundo o Sr. Norberto Willians Santos Souza, desde 2017, quando o convênio foi rescindido por falta de pagamento, os policiais militares e os bombeiros militares, e principalmente seus familiares, vêm sofrendo gravemente pela falta de assistência médico-hospitalar, pois o Município de Paracatu tem mais de 100 mil habitantes (população fixa e flutuante) e é dotado apenas de um pequeno hospital municipal, que não consegue atender à demanda da população, obrigando os militares a se deslocarem até Brasília, Patos de Minas e outras cidades distantes para poderem receber assistência médica e hospitalar;

nº 2.080/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fornecimento de refeições e lanches, sem qualquer condição de consumo, aos servidores e detentos das unidades prisionais do Estado;

nº 2.081/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da atividade da mineradora MIB Ibitiré no Sistema Estadual de Defesa Civil, especialmente nas ações de prevenção e redução de risco de desastre;

nº 2.082/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Mina de Gongo Soco, da Mineradora da Vale, no Município de Barão de Cocais, para apurar a situação de estabilidade da barragem de rejeitos sul superior do empreendimento, levando-se em consideração o risco de rompimento da estrutura, em atendimento a requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho;

nº 2.083/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Léo Portela, em que requerem seja realizada audiência pública para dar continuidade ao debate sobre as denúncias de assédio moral e abuso de autoridade relatadas por agentes penitenciárias lotadas no presídio feminino de Caxambu, convocando-se a comparecerem à mencionada reunião, com fundamento no art. 54, § 4º, da Constituição do Estado, e no art. 100, VII e VIII, do Regimento Interno desta Casa, os Srs. Gustavo Henrique Wykrota Tostes, secretário-adjunto de Administração Prisional, Rodrigo Machado de Andrade, subsecretário de Segurança Prisional da Secretaria de Estado de Administração Prisional, Rafael Rodrigues Diniz, diretor-geral do presídio de Caxambu, Alexandre Vicente da Silva, diretor-geral adjunto do presídio de Caxambu, e Rodney Dantas Pinto, diretor-geral da 17ª Região Integrada de Segurança Pública em Itajubá, tendo em vista o desatendimento injustificado desses servidores ao convite para comparecimento à reunião realizada pela comissão sobre esse assunto, em 21/5/2019;

nº 2.084/2019, dos deputados Sargento Rodrigues e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à nomeação, com a urgência que o caso requer, de interventor no âmbito da 17ª Região Integrada de Segurança Pública e no presídio de Itajubá, tendo em vista o grande número de denúncias de abuso de autoridade e assédio sexual e moral relatadas em face do Sr. Rodney Dantas Pinto, diretor-geral da 17ª Risp, e do diretor-geral do presídio de Itajubá, bem como de outros diretores de unidades prisionais da região, que registram a grave situação vivenciada pelos servidores e a absoluta incapacidade de gestão dos recursos humanos por parte dessas autoridades, considerando-se, em particular, os depoimentos recebidos pela comissão durante reunião realizada em 21/5/2019; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater denúncias de assédio moral e abuso de autoridade no presídio feminino de Caxambu, em virtude das inúmeras situações relatadas pelas servidoras dessa unidade contra os Srs. Rafael Rodrigues Diniz, diretor-geral, Alexandre, atual diretor de segurança, e Rodney Dantas, diretor de referência prisional da 17ª Região Integrada de Segurança Pública do Sul de Minas;

nº 2.085/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para a nomeação de diretora-geral, ou, ao menos, de diretora de segurança, a ser lotada no presídio feminino de Caxambu, de modo a propiciar as condições necessárias tanto no que se refere à gestão quanto ao trabalho operacional nessa unidade, tendo em vista, especialmente, as várias denúncias que apontam para a desqualificação dos atuais diretores no exercício dessas funções;

nº 2.086/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Segurança Pública, à Controladoria-Geral do Estado, à Ouvidoria-Geral do Estado e ao Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para apuração, com a celeridade que o caso requer, das graves denúncias de abuso de autoridade e práticas de assédio sexual e moral, perpetradas no âmbito da 17ª Região Integrada de Segurança Pública, em Itajubá, com a devida aplicação das medidas administrativas e judiciais pertinentes; e sejam encaminhadas aos referidos órgãos as notas taquigráficas da 12ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater denúncias de assédio moral e abuso de autoridade no presídio feminino de Caxambu, em virtude das inúmeras situações relatadas pelas servidoras dessa unidade contra os Srs. Rafael Rodrigues Diniz, diretor-geral, Alexandre, atual diretor de segurança, e Rodney Dantas, diretor de referência prisional da 17ª Região Integrada de Segurança Pública do Sul de Minas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – João Leite.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/5/2019**

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões a deputada Ana Paula Siqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as políticas públicas voltadas à autonomia financeira e empregabilidade da mulher em situação de violência doméstica e familiar. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andréa do Socorro Luiz, diretora de Inclusão de Mulheres da Superintendência de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Ana Paula Lamego Balbino, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam; Genilda Moraes, diretora Social e Eventos do Conselho da Mulher Empreendedora de Timóteo; Laurana Viana, analista do Sebrae-MG; Maria Antonieta Pereira, professora aposentada da UFMG e pós-doutorada pela Universidade de Buenos Aires; e o Sr. Marcel Cardoso, superintendente de Gestão e Fomento ao Emprego, representando a secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2019.

Marília Campos, presidente – Andréia de Jesus.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/5/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 379/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros

que possuem aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não possuem aterros sanitários licenciados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 570/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 926/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.019/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que recebem alunos com deficiência, com dados sobre: número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular; composição das equipes multiprofissionais nessas escolas; qualificação dos seus professores e profissionais de apoio; e condições de acessibilidade das instituições. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.199/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os pagamentos de diárias realizados a oficiais comandantes de unidades, de diretorias da corporação e demais coronéis da ativa, nos últimos três anos, consubstanciadas em lista contendo nome, posto, função do militar e valores recebidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

## 2ª Fase

### (das 16h15min em diante)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.765/2015, do deputado Anselmo José Domingos, que altera a Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.182/2015, do deputado Elismar Prado, que revoga dispositivo da Lei nº 19.988, de 29 de dezembro de 2011, que altera a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.745/2011, do deputado Tadeu Martins Leite, que institui a Bolsa-Aprendiz e autoriza que empresas instaladas no Estado recrutem menores aprendizes em número equivalente a até 5% de seu quadro de funcionários e descontem o valor de meio salário mínimo, pago a título de bolsa, do ICMS devido ao Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela inconstitucionalidade do projeto. O parecer pela inconstitucionalidade do projeto foi rejeitado em Plenário. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 309/2015, do deputado Arlen Santiago, que determina que o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – divulgue trimestralmente os valores arrecadados com multas de trânsito e sua

destinação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares, que estabelece critérios para a recepção de documentos no Estado, vedando a exigência de reconhecimento de firma ou autenticação de cópias. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte interessada, direta ou indiretamente, nos processos administrativos no Estado de Minas Gerais, pessoa com idade igual ou superior a 65 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.229/2015, do deputado Agostinho Patrus, que acrescenta a alínea "c" ao inciso II do art. 59 da Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.859/2016, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guidoal o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.276/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a proibição de recolhimento, retenção ou apreensão do veículo pela identificação do não pagamento do imposto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 450/2019, do governador do Estado, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/5/2019**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 319/2019, da deputada Beatriz Cerqueira.

No 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 6/2019, do deputado Inácio Franco e outros, 20/2019, do deputado Sargento Rodrigues e outros; Projetos de Lei nºs 1.221/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.955/2015, do deputado Leonídio Bouças; 3.278/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.314/2016, do deputado Cristiano Silveira; 3.433/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.552/2016, do deputado Duarte Bechir; 4.610/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.778/2017, do deputado Carlos Henrique; 4.871/2017, do deputado Cristiano Silveira; 5.060 e 5.085/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.443/2018, do deputado Ulysses Gomes; 310/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 376/2019, do deputado Carlos Pimenta; 420/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 566/2019, do deputado Bruno Engler; 674/2019, do deputado Bartô; 678/2019, do deputado Elismar Prado; e 694/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.349/2018, do deputado Thiago Cota; 696/2019, do deputado Leandro Genaro; 698/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 704/2019, do deputado Osvaldo Lopes; e 709/2019, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.997/2017, do deputado Tadeu Martins Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.449/2018, do deputado Noraldino Júnior, e 511/2019, do deputado Cássio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.506/2018, da deputada Celise Laviola; 589/2019, do deputado Gustavo Valadares; e 604/2019, do deputado Virgílio Guimarães.

Requerimentos nºs 978/2019, da Comissão de Direitos Humanos; e 1.126 e 1.127/2019, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.074/2019, da deputada Delegada Sheila; 1.075/2019, do deputado Professor Irineu; 1.111/2019, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 1.157/2019, do deputado Professor Cleiton; 1.160 a 1.163/2019, da Comissão de Participação Popular; 1.187/2019, do deputado Bruno Engler; 1.189/2019, do deputado Elismar Prado; e 1.234/2019, do deputado Betão.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.412/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 1.172/2019, do deputado Duarte Bechir; 1.188/2019, do deputado Professor Irineu; 1.224 a 1.226/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.238/2019, da deputada Delegada Sheila; e 1.242/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 28/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.244/2019, do deputado Professor Irineu.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 30/5/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a conhecer os projetos ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 28 de maio de 2019, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e dos Requerimentos nºs 379/2019, da Comissão de Meio Ambiente, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros que possuem aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não possuem aterros sanitários licenciados; 570/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas; 926/2019, da Comissão de Esporte, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos; 1.019/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que recebem alunos com deficiência, com dados sobre: número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular; composição das equipes multiprofissionais nessas escolas; qualificação dos seus professores e profissionais de apoio; e condições de

acessibilidade das instituições; e 1.199/2019, da Comissão de Segurança Pública, que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os pagamentos de diárias realizados a oficiais comandantes de unidades, de diretorias da corporação e demais coronéis da ativa, nos últimos três anos, consubstanciadas em lista contendo nome, posto, função do militar e valores recebidos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.745/2011, do deputado Tadeu Martins Leite, que institui a Bolsa-Aprendiz e autoriza que empresas instaladas no Estado recrutem menores aprendizes em número equivalente a até 5% de seu quadro de funcionários e descontem o valor de meio salário mínimo, pago a título de bolsa, do ICMS devido ao Estado; 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado; 309/2015, do deputado Arlen Santiago, que determina que o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – divulgue trimestralmente os valores arrecadados com multas de trânsito e sua destinação; 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares, que estabelece critérios para a recepção de documentos no Estado, vedando a exigência de reconhecimento de firma ou autenticação de cópias; 1.444/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte interessada, direta ou indiretamente, nos processos administrativos no Estado de Minas Gerais, pessoa com idade igual ou superior a 65 anos; 1.765/2015, do deputado Anselmo José Domingos, que altera a Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública; 2.182/2015, do deputado Elismar Prado, que revoga dispositivo da Lei nº 19.988, de 29 de dezembro de 2011, que altera a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 2.229/2015, do deputado Agostinho Patrus, que acrescenta a alínea "c" ao inciso II do art. 59 da Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais; 3.859/2016, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guidoal o trecho que especifica; 4.276/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a proibição de recolhimento, retenção ou apreensão do veículo pela identificação do não pagamento do imposto; 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; e 450/2019, do governador do Estado, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Estado o imóvel que especifica; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 28 de maio de 2019, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e dos Requerimentos nºs 379/2019, da Comissão de Meio Ambiente, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros que possuem aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não possuem aterros sanitários licenciados; 570/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas; 926/2019, da Comissão de Esporte, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos; 1.019/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que

requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que recebem alunos com deficiência, com dados sobre: número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular; composição das equipes multiprofissionais nessas escolas; qualificação dos seus professores e profissionais de apoio; e condições de acessibilidade das instituições; e 1.199/2019, da Comissão de Segurança Pública, que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os pagamentos de diárias realizados a oficiais comandantes de unidades, de diretorias da corporação e demais coronéis da ativa, nos últimos três anos, consubstanciadas em lista contendo nome, posto, função do militar e valores recebidos; na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.745/2011, do deputado Tadeu Martins Leite, que institui a Bolsa-Aprendiz e autoriza que empresas instaladas no Estado recrutem menores aprendizes em número equivalente a até 5% de seu quadro de funcionários e descontem o valor de meio salário mínimo, pago a título de bolsa, do ICMS devido ao Estado; 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado; 309/2015, do deputado Arlen Santiago, que determina que o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – divulgue trimestralmente os valores arrecadados com multas de trânsito e sua destinação; 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares, que estabelece critérios para a recepção de documentos no Estado, vedando a exigência de reconhecimento de firma ou autenticação de cópias; 1.444/2015, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a prioridade de tramitação aos procedimentos administrativos em que figure como parte interessada, direta ou indiretamente, nos processos administrativos no Estado de Minas Gerais, pessoa com idade igual ou superior a 65 anos; 1.765/2015, do deputado Anselmo José Domingos, que altera a Lei nº 12.079, de 12 de janeiro de 1996, que dispõe sobre estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública; 2.182/2015, do deputado Elismar Prado, que revoga dispositivo da Lei nº 19.988, de 29 de dezembro de 2011, que altera a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 2.229/2015, do deputado Agostinho Patrus, que acrescenta a alínea "c" ao inciso II do art. 59 da Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais; 3.859/2016, do deputado Tito Torres, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guidoal o trecho que especifica; 4.276/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a proibição de recolhimento, retenção ou apreensão do veículo pela identificação do não pagamento do imposto; 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; e 450/2019, do governador do Estado, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Estado o imóvel que especifica; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2019, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 499/2019, do deputado Hely Tarquínio, e 550/2019, dos deputados Sávio Souza Cruz e Guilherme da Cunha, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.328/2018****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional Santa Terezinha, com sede no Município de Patos de Minas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional Santa Terezinha, com sede no Município de Patos de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades culturais na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca promover e disseminar o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, por meio do desenvolvimento de atividades de relevância pública social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural e Educacional de Santa Terezinha em prol da educação patrimonial, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.328/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Marquinho Lemos, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.418/2018****Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Douglas Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Banda de Música Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Cachoeira da Prata.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Banda de Música Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de Cachoeira da Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção e difusão da cultura.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, difundir e ensinar música, desenvolvendo grupos de diferentes expressões musicais como corais, fanfarra, entre outros.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade para a difusão da música no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.418/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2019.

Marquinhos Lemos, relator.

## PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 379/2019

### Mesa da Assembleia

#### Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros que possuem aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não possuem aterros sanitários licenciados.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/3/2019, vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

A forma de descarte dos resíduos sólidos se configura um grande desafio para a administração pública. Sua disposição inadequada causa poluição do solo, das águas e do ar, além de propiciar a proliferação de vetores de doenças. Assim, tal procedimento deve ser feito em local adequado, de acordo com critérios técnicos aprovados no processo de licenciamento ambiental pelo órgão competente.

A Lei Federal nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabeleceu prazo até agosto de 2014 para que os municípios passassem a realizar a disposição final ambientalmente adequada de seus resíduos sólidos urbanos – RSU. No entanto, apesar do prazo já expirado, observa-se que não houve os avanços esperados.

Nos termos do relatório Panorama da Destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de Minas Gerais, elaborado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, em 2016, 57,78% da população urbana era atendida por sistemas de tratamento e/ou disposição final de RSU regularizados ambientalmente. Ao final do daquele ano, 184 municípios mineiros dispunham seus RSU em aterros sanitários, dos quais 155 eram regularizados e 29 não regularizados. Já a disposição irregular dos RSU em aterros controlados

ocorreu em 226 municípios; e outros 241 ainda dispunham seus RSU em lixões. Assim, 467 municípios ainda estavam em situação irregular perante a legislação ambiental em 2016.

Consideramos, portanto, que as informações requeridas são importantes e a solicitação em tela se justifica, uma vez que compete à Assembleia Legislativa fiscalizar a aplicação das políticas públicas pelo Poder Executivo, além de buscar transparência e adequações porventura necessárias nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, observamos que o pedido de informações do Poder Legislativo a secretários de Estado integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública, amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 2º, e inciso II do §1º do art. 73, da Constituição Estadual.

Já o Regimento Interno desta Casa, conforme inciso IX do art. 100, assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra no caso em questão.

### **Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 379, de 2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antônio Carlos Arantes, relator.

## **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 570/2019**

### **Mesa da Assembleia**

#### **Relatório**

Por meio da proposição em tela, a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 4/4/2019 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O requerimento em exame solicita informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

A apresentação do requerimento foi motivada por relatos apresentados na audiência pública realizada em 21/3/2019 pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, que teve por finalidade debater a incorporação da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, prevista na reforma administrativa do governo do Estado.

De acordo com a atual estrutura do Poder Executivo Estadual, a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – Supod – subordina-se à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e tem como competência coordenar, planejar e acompanhar a política sobre drogas, em níveis estadual, regional e local, segundo o Decreto nº 47.088, de 2016, que dispõe sobre a organização da Sesp. A Supod se desdobra em três superintendências: Prevenção ao Uso Nocivo de Drogas; Integração da Política sobre Drogas; e Acolhimento Integral aos Usuários de Drogas.

Em fevereiro de 2019, o governador do Estado encaminhou a esta Casa, por meio da Mensagem nº 10/2019, o Projeto de Lei nº 367/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. Conforme a proposição, a atual Subsecretaria de Políticas sobre Drogas seria substituída pela Superintendência de Políticas Sobre Drogas, subordinada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp.

Na mencionada audiência pública, os participantes foram contrários à proposta do Executivo e defenderam a manutenção da subsecretaria como tal. Segundo eles, a mudança acarretaria um corte de recursos no orçamento da pasta, prejudicando a continuidade dos programas e ações por ela desenvolvidos. Também foi sugerido que o órgão ficasse subordinado à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, em vista do caráter intersetorial da política sobre drogas.

Ainda durante a audiência pública, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais – Conead/MG –, órgão colegiado, de caráter normativo, consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds –, encaminhou a esta Casa um documento indicando que o gasto financeiro da manutenção da atual Supod seria na verdade menor que o da sua transformação em superintendência.

Avaliamos, portanto, que as informações que se pretende obter por meio da proposição em pauta serão úteis à comissão, que poderá, a partir dos esclarecimentos prestados, avaliar as possíveis repercussões da criação da Superintendência de Políticas Sobre Drogas sobre a execução dos programas e ações do governo estadual na área.

No tocante à iniciativa, o disposto no § 2º do art. 54 da Constituição do Estado confere à Mesa da Assembleia Legislativa a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a secretário de Estado. A recusa a prestar informações, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 570/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antônio Carlos Arantes, relator.

### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 926/2019**

#### **Mesa da Assembleia**

#### **Relatório**

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude requer ao presidente da Assembleia Legislativa que encaminhe ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei Estadual nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 3/5/2019, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O requerimento em análise visa obter informações sobre a suposta interrupção do repasse de recursos a projetos esportivos aprovados nos termos da Lei Estadual nº 20.824, de 31/7/2013. A norma prevê que contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – destinem parte do imposto devido ao apoio de projetos esportivos previamente aprovados pelo órgão gestor da política estadual de esporte.

Em reunião realizada pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude em 23/4/2019, foi concedida a palavra a um dos proponentes de projetos esportivos, que relatou que os termos de compromisso – documento que ratifica o apoio do contribuinte a determinado projeto esportivo – não estavam sendo homologados pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, inviabilizando dessa forma o repasse dos recursos aos projetos esportivos.

Considerando que não houve manifestação oficial por parte da SEF nem da Secretaria de Estado de Esportes sobre a interrupção do repasse dos recursos da lei de incentivo ao esporte, entendemos que o requerimento em questão é oportuno e somos, portanto, favoráveis à sua aprovação. Sugerimos, no entanto, que a proposição faça menção à interrupção do processo de homologação dos termos de compromisso e, por esse motivo, propomos substitutivo ao final deste parecer.

Por fim, frisamos que o art. 100, IX, do Regimento Interno especifica, entre as atribuições das comissões desta Casa, o encaminhamento, por intermédio da Mesa da Assembleia, de pedido escrito de informação a secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao comandante-geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais. A recusa de prestar informações ou a prestação de informações falsas importa crime de responsabilidade.

Lembramos também que o artigo 62, XXXI, da Constituição Estadual atribui à Assembleia Legislativa o papel de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Dessa forma, a proposição em análise encontra respaldo jurídico para sua aprovação.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 926/2019 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

#### **SUBSTITUTIVO Nº 1**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Esporte, Lazer e Juventude requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31/7/2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos, em razão de denúncias de interrupção dos processos de homologação dos termos de compromisso pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antônio Carlos Arantes, relator.

#### **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 1.019/2019**

##### **Mesa da Assembleia**

##### **Relatório**

Por meio da proposição em tela, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que recebem alunos com deficiência, com dados sobre: número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular; composição das equipes multiprofissionais nessas escolas; qualificação dos seus professores e profissionais de apoio; e condições de acessibilidade das instituições.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 9/5/2019 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O requerimento em análise visa obter informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que atendem alunos com deficiência e suas condições de atendimento, incluindo dados sobre a composição das suas equipes multiprofissionais, a qualificação dos seus professores e profissionais de apoio e as suas condições de acessibilidade.

A Lei Brasileira de Inclusão – Lei Federal nº 13.146, de 2015 – garante às pessoas com deficiência o direito à educação, por meio da oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a dar-lhes condições para que alcancem o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades, segundo suas características, interesses e necessidades. A Lei Federal nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, por sua vez, determina que os educandos com deficiência tenham direito ao atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente na rede regular de ensino.

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular ganhou força a partir da Declaração de Salamanca, elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, e adotada pela Organização das Nações Unidas. Segundo o documento, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando características diversas de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Na realidade, porém, o processo de inclusão educacional de alunos com deficiência enfrenta diversos problemas, principalmente devido à falta de preparo das escolas para recebê-los. Nos últimos anos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência têm constatado tais dificuldades a partir de muitos relatos compartilhados por responsáveis por esses alunos. Segundo eles, as escolas regulares não dispõem de profissionais devidamente capacitados nem de estrutura adequada, o que, na prática, tem levado à exclusão dos estudantes com deficiência.

Entendemos que as informações solicitadas por meio do requerimento em pauta fornecerão elementos úteis para a avaliação do processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas estaduais de ensino regular. Somos, portanto, favoráveis à sua aprovação.

No tocante à iniciativa, o disposto no § 2º do art. 54 da Constituição do Estado confere à Mesa da Assembleia Legislativa a prerrogativa de encaminhar pedido de informação a secretário de Estado. A recusa a prestar informações, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.019/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antônio Carlos Arantes, relator.

## **PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 1.199/2019**

### **Mesa da Assembleia**

#### **Relatório**

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Segurança Pública requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os pagamentos de diárias realizadas a oficiais comandantes de unidades, de diretorias da corporação e demais coronéis da ativa nos últimos três anos, consubstanciadas em lista contendo nome, posto, função do militar e valores recebidos.

O requerimento foi publicado no *Diário do Legislativo* de 23/5/2019 e encaminhado à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ele emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O requerimento em apreço solicita informações ao comandante-geral da Polícia Militar – pagamentos de diárias realizados a oficiais comandantes de unidades, de diretorias da corporação e demais coronéis da ativa nos últimos três anos – e relaciona-se com as atribuições constitucionalmente asseguradas a esta Casa de fiscalização e controle do Executivo estadual (art. 54, § 3º, da Constituição do Estado), que se instrumentalizam por meio do pedido de informações.

A apresentação do requerimento foi motivada pelos relatos apresentados durante a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, realizada em 14/5/2019, que procedeu à oitiva do Ten.-Cel. PM Domingos Sávio de Mendonça, que apresentou uma série de denúncias envolvendo oficiais da corporação. Uma dessas denúncias consiste no pagamento irregular de diárias a oficiais de alta patente da instituição militar estadual.

Por ser prerrogativa do Poder Legislativo fiscalizar os atos da administração pública, principalmente quanto ao respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público, resulta justificado o esclarecimento solicitado no pedido de informações sob análise.

Dessa forma, considerando que as informações solicitadas relacionam-se com as funções de fiscalização e controle atribuídas a este Parlamento, somos favoráveis à aprovação do requerimento.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.199/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.



## **PRONUNCIAMENTOS**

### **DISCURSOS PROFERIDOS NA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/5/2019**

O deputado Virgílio Guimarães\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembleia Legislativa, em boa hora, lançou um programa de debate, um programa de soluções para Minas, o Sou Minas Demais. Em boa hora, chama as demais assembleias legislativas do País para que, em conjunto, busquem elaborar as soluções estruturais que os estados – e, Minas Gerais, de uma maneira mais contundente – vivem neste momento. Uma crise fiscal, uma crise de recursos, enfim, uma crise em todos os sentidos.

Aqui essa crise é aprofundada ainda mais pela chamada crise da mineração, em decorrência dos grandes acidentes que não são apenas esses mais conhecidos de Brumadinho e de Mariana, mas outros que já ocorreram no Estado no passado e que vieram numa seqüência de irresponsabilidades decorrente de um acréscimo de uma mineração cada vez mais volumosa e que exigia tecnologias novas, mais prudentes, mais modernas, mais atentas ao meio ambiente, também mais atentas aos riscos e à própria vida humana.

Falo isso, Sr. Presidente, porque o nosso Estado precisa, e muito, da mineração, mas não de uma mineração a qualquer custo. Minas Gerais tem na sua origem a mineração, e todos sabem disso. O desenvolvimento da humanidade na sua tecnologia se deu, em grande medida, em decorrência também da mineração. O homem, por definição, é o animal que minera. Através dessa mineração fez o avanço da tecnologia, das ferramentas, ampliando o seu poder de interferir na natureza e de aumentar o seu bem-

estar, a sua capacidade de ter tempo para se dedicar às invenções, à tecnologia, enfim, para chegar ao mundo moderno em que hoje vivemos.

Por isso mesmo é preciso repensar, e muito, a mineração. Alguns pensam que poderíamos sobreviver sem ela, o que, em termos de tecnologia, está muito longe de ser uma realidade. É claro que, a longo prazo, não teremos nenhum descarte de produto algum, não teremos nenhum produto chamado de rejeito.

A tecnologia vai recuperar tudo algum dia, em algum momento, com algum custo, de alguma maneira. Ao longo de algumas gerações, ainda vamos precisar da mineração, mas uma mineração responsável, uma mineração equilibrada, uma mineração que seja capaz de conviver não só com novas riquezas, de oferecer ao mundo novos minerais e maneiras mais seguras de obtê-los, mas também de distribuir, de maneira mais equitativa, o resultado da riqueza oriunda desse trabalho tão importante para o avanço da humanidade, mais especificamente para o avanço dos estados e dos países que têm esses recursos minerais. É uma dádiva da natureza e deveria ser auferido por todos nós.

Falo isso, Sr. Presidente, porque, quando ocorreu a privatização da Vale, houve uma discussão ideológica junto com discussões econômicas, junto com discussões sobre o rumo que o País deveria tomar, se deveríamos ter ou não o controle dos nossos estoques minerais por meio de uma estatal forte, capaz de interferir no mercado. E isso, cada vez mais, demonstra ser verdade.

Mas aqui, no nosso estado, haver uma mineração mais responsável, que leve em conta o conjunto dos impactos que ela produz, é mais importante do que em qualquer outro lugar. Em nosso estado, os recursos minerais convivem com os mananciais de água doce. No Quadrilátero Ferrífero, há um grande manancial, o chamado Viveiro das Águas, que convive com os nossos estoques de recursos minerais.

A mata atlântica, o nosso patrimônio histórico, o nosso patrimônio arquitetônico, paisagístico, tudo isso está convivendo no mesmo espaço. Há, principalmente, uma população adensada em regiões perigosas, e todo esse conjunto é afetado – porque faz parte do mesmo ecossistema –, pelo impacto da mineração, que impacta tudo.

Quem poderia pensar, simultaneamente, em tudo isso? É como a utilização das águas. As utilizações das águas de um grande rio são alternativas: é preciso pensar em geração de energia, navegação, irrigação, meio ambiente, preservação e qualidade das águas. E nem tudo isso é compatível com o aproveitamento máximo de um aspecto só.

Nem sempre, aliás, quase sempre, há um conflito entre diferentes utilizações. Em nosso estado, esse conflito é maior do que em qualquer lugar. Não estamos no Pará e muito menos na Austrália, onde a mineração é feita em um grande deserto central, naquela enorme ilha, que é um continente. Não estamos no Pará, onde há a mineração, as reservas da Vale do Rio Doce, estão em locais praticamente inabitados, sem nenhum dos impactos que a mineração causa aqui.

Portanto, hoje, mais do que nunca, fica evidente que precisávamos do poder público regulando sobre como fazer, a que custo fazer, onde minerar, onde deixar de minerar. Não pode haver uma empresa que tenha um objetivo único, diante dos seus próprios acionistas. Não pode haver uma empresa que remunera seus diretores pelo resultado, porque isso implica obter resultados cada vez maiores e em curto prazo. Sua remuneração deriva do resultado de balanço, portanto é uma mineração feita por uma empresa perigosa na sua estrutura, na sua concepção. Esse tipo de empresa pode ser viável em outro lugar, não onde a mineração tem de ser regulada por múltiplas circunstâncias e por múltiplos objetivos.

É muito difícil, todos sabem, voltar a pasta para dentro do tubo depois de espreme-lo. É um pouco do que se pode pensar hoje sobre uma possível reestatização da Vale, uma empresa que está em vários países, está em vários locais. Mas alguma coisa tem de ser feita. Uma visão social pública, republicana, da questão mineral tem de existir em nosso estado, de uma maneira concentrada e multiplicada. Por isso, nunca é demais falar que uma empresa de mineração tem, no seu principal ativo, algo que não é dela, é público, que são as reservas minerais. Elas têm uma concessão obtida, cada uma a seu tempo e de determinada maneira.

Mas o que não é possível é que uma empresa privada com o poder da Vale detenha tantas reservas minerais inexploradas e guardadas para que a seu momento, a seu juízo, a seu interesse sejam não exploradas. Não estou aqui falando numa reestatização ampla e completa da Vale em qualquer país do mundo. Falo de Minas Gerais. As reservas aqui podem e devem ser resgatadas.

Aquilo que ocorreu em Brumadinho e também em Mariana não pode ser pago apenas com recursos, com indenizações. É claro que essas têm de existir. É claro que temos de pensar na recuperação do Rio Doce, na construção da hidrovía do Rio Doce para levar progresso, para levar uma reposição, no mínimo, das riquezas e das possibilidades dali, mas temos de pensar também o futuro da própria concepção de mineração em nosso estado.

Portanto a retomada dos recursos minerais para uma nova estatal a ser construída, uma empresa que pode ser mista, pode ter participação de capitais privados, mas que tenha uma gestão pública, republicana, aqui, em Minas, para regular a intensidade, a qualidade e o tipo da mineração, que possa cessar a mineração no local, mesmo que às custas de uma redução da sua taxa de lucro. Isso é preciso ser implantado agora. Isso tem de ser pensado agora de uma maneira moderna, nova, mas também ousada, de tornar público aquilo que já é público pela lei, que são os recursos e as reservas minerais.

A Vale hoje não tem condições de gerir mais os seus recursos. É uma empresa que hoje pode sobreviver muito bem perdendo, inclusive, aquilo que não é dela – não estaria perdendo. O poder público estaria retomando as reservas minerais. A Vale tem muitas reservas, no Estado do Pará, que estão ali guardadas, como se diz, debaixo do balaio, para serem usadas quando quiser. Muitas que poderiam estar produzindo, gerando riqueza e empregos, mas estão guardadas ali para que, a seu tempo, a seu interesse, a seu juízo, possam ser exploradas ou não. São reservas de ouro, de manganês. A exploração daqueles metais que não são mais prioridades para a empresa Vale poderiam ser retomados de imediato. É um ato de vontade do povo brasileiro, que é proprietário do subsolo do nosso país.

Aqui em Minas com mais razão. As multas, as reposições podem e devem ser... De uma empresa que tem capacidade para isso. Quero aqui só lembrar que, de janeiro para cá, antes e depois da tragédia ali de Brumadinho, o preço Platts, que é preço referencial para minério de ferro, passou de US\$74,00 para US\$94,00 a tonelada. São US\$20,00 por tonelada para uma empresa que exporta 400.000.000t por ano do Brasil. Façam as contas. São US\$20,00, por tonelada, vezes 400.000.000t. São US\$20,00 de diferença por tonelada, sem contar o câmbio que hoje já ultrapassou a R\$4,00. Em janeiro era R\$3,60. Portanto isso é várias vezes maior do que os R\$17.000.000.000,00, que ela mesma reconhece e colocou em seu balanço como um possível prejuízo, incluindo as multas, os gastos com reconstrução e etc. Seriam R\$32.000.000.000,00 aquilo que daria a diferença desse valor, aplicados aos 400.000.000t ao ano, que a Vale exporta de minério de Minas e do Pará. Ela estaria recuperando quase o dobro daquilo que ela reconhece como perda.

Mas não é ao recurso que estou me referindo. É o controle do setor mineral. É o controle do uso múltiplo. É o controle do espaço múltiplo e conflitante que existe. Isso sim é importante. Então, coloco aqui, para a reflexão da Assembleia, que está pensando nacionalmente o que fazer, como recuperar uma fonte importante de receita que não pode interromper, que é a mineração, mas tem de ser a mineração responsável, equilibrada, que pode ser acelerada, ou freada ou reduzida, de acordo com os interesses públicos, da sociedade, e não de uma determinada empresa.

Por isso, presidente, coloco aqui de uma maneira técnica, clara, mostrando por que a iniciativa privada pode ser bem-vinda como parceira, mas não como controladora, como acabou se tornando a toda poderosa Vale do Rio Doce, empresa que visa, como qualquer empresa – uma sociedade anônima –, ao lucro dos seus acionistas, mas que remunera por resultado de curto prazo, por resultado de balanço os seus diretores.

E tudo isso leva a um único objetivo: a exploração máxima, o lucro máximo a cada momento, numa região perigosa, frágil, sujeita a todos os riscos, não somente os de vida humana, mas os riscos ambientais, sociais, históricos, paisagísticos, como é o caso do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais.

Portanto, presidente, deixo aqui uma ideia a ser incluída, sim, que é a retomada de uma mineração responsável, com novas tecnologias. Nós precisamos dela, sim, mas quero encerrar lembrando que estamos aqui, em Belo Horizonte, cidade de um santo já reconhecido, o Padre Eustáquio, que era um minerador, abençoava a mineração, abençoava os pobres que iam lá. Pelo seu trabalho, seu esforço, recebiam, por meio de bênção, um diamante azul. Reconheço isso como milagre ou como trabalho, não sei, mas ele próprio era um defensor da natureza, pelo convívio da ação mineral com as plantas. Ele próprio é que curava pela fitoterapia, que fazia de cada momento uma reafirmação da natureza, da saúde, por meio das plantas, da valorização do trabalho dos mais pobres. Que isso sirva de exemplo também àqueles que querem pensar na mineração sem pensar apenas em recursos, que são importantes, mas o mais importante de tudo é a vida, a natureza, a paisagem, as águas, tudo o que Minas Gerais tem com fartura convivendo no mesmo espaço.

Para isso precisamos retomar o controle público, o controle social, o controle republicano dessas imensas riquezas, não só em recursos monetários, mas, sobretudo, em recursos humanos, históricos, paisagísticos e ambientais. É esse o desafio que se coloca. Proponho que a Assembleia o inclua nos debates com os demais estados e suas assembleias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela\* – Obrigado, presidente, senhoras e senhores deputados. Nesta tarde, ocupo a tribuna dessa egrégia Casa de leis para falar a respeito de um estado onde o seu governador gasta R\$17.000.000,00 cobrindo prejuízo de empresário que administra o Mineirão e gasta 134 vezes menos com a escola em tempo integral. É verdade!

É isso mesmo, deputado Jean Freire. Não sei se V. Exa. entendeu, mas nós, de Minas Gerais, por meio do governador, estamos gastando 134 vezes mais para pagar à Minas Arena, deixando crianças sem o ensino integral. Por quê? Ninguém sabe. Eu só sei chegar a uma explicação: é o governo dos ricos para os ricos; é o governo dos empresários para os empresários; é o governo em que os empresários que administram o Mineirão não podem ficar no prejuízo, mas as crianças podem ficar sem o ensino integral; é o governo em que os professores não recebem em dia, ganham um salário pífio; é o governo em que a segurança pública não recebe em dia o salário que deveria ser honrado. Pagar salário em dia, caso eles consigam essa proeza um dia – acho difícil que consigam, porque administram mal, administram para dar lucros aos ricos – não é nada além da obrigação.

Aí, você vai falar: “Ah, deputado Léo Portela, é a herança maldita. Ah, deputado Leo Portela, é o governo do PT. Ah, deputado Léo Portela, é o governo do PSDB”. Não me interessa de quem é a herança, não me interessa o mi-mi-mi, não me interessa a desculpa esfarrapada. O governador Zema não é obrigado a ser governador, mas, a partir do momento em que ele assumiu o posto, o cargo de governador de Minas, ele não tem que colocar a desculpa nos outros, tem que resolver os problemas, porque nós, mineiros, pagamos o salário do Zema para ele resolver, não é para ele colocar a culpa nos governos passados, não; não é para ele ficar de mi-mi-mi, não.

Isso aí, como eles disseram ao longo dos últimos anos, é a velha política, é colocar a culpa nos outros, é colocar a culpa na Assembleia, é colocar a culpa nos governadores do passado, como se ninguém prestasse. O mundo ficou bom a partir do nascimento do grupo deles. O mundo ficou bom e a política ficou decente e honesta a partir do momento em que eles assumiram o poder. Antes disso era o absurdo dos absurdos, era o caos, nada prestava.

Então eles chegam ao poder com esse discurso, enganando o povo mineiro, praticando o maior estelionato eleitoral da história de Minas Gerais. Quando assumem o governo o que fazem? Tiram os seguranças da escola porque precisam economizar dinheiro, deixam as crianças à mercê da violência.

Depois dizem que vão acabar com a frota aérea e a farra da frota aérea. O que acontece? O vice usa helicóptero para se locomover do seu *spa* de alto luxo para uma cerimônia. Dizem que é um absurdo secretário de Estado receber jeton. Quando chegam ao poder, o que fazem? Jetons para os secretários.

Meu Deus do céu, será que ninguém está vendo isso? Será que o povo mineiro não está enxergando isso? Onde estamos? Minas Gerais está anestesiada. O povo não vai para as ruas cobrar coerência deste governador que chegou ao poder enganando os mineiros? E, aí, o que ouvimos? Ouvimos: “Não, temos que aumentar o salário dos secretários, porque eles ganham muito pouco, ganham baixo demais. O salário deles é um absurdo, eles não conseguem viver com R\$10.000,00”. Como vivem os professores? Como vivem os policiais? Como vivem os servidores públicos que não ganham, na sua média, 1/3 disso e ainda recebem parcelado? Agora os secretários de Estado não podem sustentar sua vida nababesca com R\$10.000,00. É o governo dos ricos para os ricos. É o governo dos empresários para os empresários.

Continuarei clamando deste Plenário, ainda que seja a voz que clame no deserto, ainda que clame para as pedras estarei aqui denunciando o maior estelionato eleitoral da história de Minas Gerais, porque não posso aceitar calado. Empresário da Minas Arena está recebendo, do início do governo até hoje, R\$17.000.000,00 e o ensino integral está recebendo pouco mais de R\$127.000,00. É a inversão da lógica. A prioridade é o empresário. O ensino integral, a educação, as criancinhas são os últimos da fila. Onde estamos vivendo? “Léo Portela, você tem que ter misericórdia, você tem que ter mais paciência. Estamos no início do governo”.

Não me interessa se é início de governo. Pago o salário dele para ele resolver o problema. Se ele não dá conta de resolver o problema, volte a ser dono de loja, volte a administrar os seus negócios bilionários, porque está mais que provado que competência para ser governador não tem. E faz chacota com a nossa cara – faz chacota! –, porque, usando seu Instagram... Aliás, gosta muito de usar o Instagram, é muito adepto das *selfies*. Aí você vê o comportamento narcisístico. O narcisista tem este comportamento: gosta; se acha lindo; se acha bem-vestido; faz foto na academia, com a camisetinha molhada para mostrar que está em boa forma. Esse é o governador de Minas. O Estado, que foi outrora administrado por Juscelino Kubitschek, administrado por Magalhães Pinto, agora é administrado por um *playboy* de camisetinha molhada mostrando seus músculos na academia. É a pós-modernidade, é a pós-modernidade. Enquanto isso, ricos mais ricos; pobres mais pobres. Aonde vamos chegar? Aonde vamos chegar?

Tenho certeza absoluta de que os colegas do Novo que estão aqui, na Assembleia, não compactuam com esse tipo de demagogia. Conheço o trabalho deles, conheço o trabalho da deputada Laura Serrano, que, quiçá, quem sabe um dia, ainda será governadora de Minas e não terá esse tipo de comportamento – é um grande nome do nosso estado. O deputado Guilherme da Cunha também tem um ótimo coração, acredita nas ideias que defende. O deputado Bartô, digo, é um dos que defende a fundo as ideias que o trouxeram ao poder, não negocia os seus valores. Mas e o governador de Minas, o *playboy* da camiseta molhada? Esse, sim, deputado Cleitinho Azevedo, enganou nosso estado inteiro; enganou gente de bem; enganou gente honesta, que achava que era o tempo da mudança.

Foi, sim, o tempo da mudança: o tempo da mudança para muito pior, o tempo da humilhação da educação em Minas Gerais. Ele está tentando colocar os professores de cócoras; ele está tentando fazer com que a classe dos servidores públicos, com que o funcionalismo público de Minas Gerais esteja de joelhos. Enquanto faz isso, tira *selfies* na academia, tira *selfies* quando pega um voo para voltar para Minas Gerais. Agora, não me lembro de ele ter feito *selfie* no voo de primeira classe em que ele voltou dos Estados Unidos. Ele só faz *selfie* quando está vindo de Brasília para cá, porque não tem primeira classe, só quando está voando em voos nacionais. Agora, nos seus voos de primeira classe, onde ele toma champanhe e come caviar, ele não tira *selfie*, não. Ele constrói uma maquiagem, um personagem; ele personifica algo que não existe.

O novo que ele diz representar nada mais é do que um museu de grandes novidades. Que diferença vemos entre um governador que torra dinheiro público para voar para sua cidade no interior, que é Araxá, de outro governador, que ele tanto atacou, que usava avião pago com dinheiro público para voar para sua cidade Cláudio? Diferença nenhuma, diferença nenhuma. Qual é a diferença de um governador que coloca a sua frota aérea para buscar o seu vice-governador num *spa* de alto luxo de outro governador que, também usando seu helicóptero, buscava o filho em condomínio de luxo em Escarpas? Não existe mudança, não existe novidade.

Minas Gerais está enganada, Minas Gerais está anestesiada. O povo humilde, o povo simples, o povo digno, o povo honesto, o povo trabalhador das Minas Gerais é vítima do maior estelionato eleitoral que se tem notícia no Brasil.

Enquanto isso, a escola integral acaba. E ele tinha feito um pacto com esta Casa. Ele disse que, neste mês, 30 mil alunos estariam devidamente matriculados na escola em tempo integral. Mentiu, de cara lavada, para os deputados que se fazem presentes, mentiu para os representantes do povo mineiro que estão aqui hoje. Disse que 30 mil alunos já estariam na escola este mês e os demais, em agosto, totalizando 55 mil alunos. Mentiroso! Demagogo!

Minas Gerais não é sua propriedade, Romeu Zema. E os mineiros não são seus empregados, que você manda embora, que você exonera na hora que quiser, porque você não foi com a cara deles. Aqui nós somos feitos de gente honesta e trabalhadora. O ferro que Minas Gerais produz nós carregamos também nas nossas veias e nós não vamos aguentar, suportar calados continuar sendo vítimas do maior estelionato eleitoral da história do Brasil. Eu espero, Romeu Zema, que V. Exa. tenha a decência de honrar o salário que os mineiros lhe pagam e comece a trabalhar, a dar resultado e não a nos enganar.

Ontem, tentou enganar novamente. Trouxe para si a vinda da fábrica de motores da Fiat, em Betim. Capitalizou para o seu governo o grande investimento que a Fiat fará aqui em Minas Gerais. Ora, deve estar nos achando verdadeiros palhaços, como se nós não acompanhássemos o desenrolar dessas negociações há mais de um ano. Romeu Zema, quero falar para você, governador, com todo respeito ao cargo que V. Exa. ocupa: os mineiros não são palhaços. Tenha mais respeito com o povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doorgal Andrada\* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, deputados e deputadas! Boa tarde, servidores e todos que nos acompanham nas galerias e pela TV Assembleia!

Sr. Presidente, hoje eu venho a esta tribuna para tratar de um assunto muito importante, que é a educação. Há dois meses, os senhores, as senhoras e o deputado Cleitinho, acompanharam que, em Barbacena, o governador Zema tentou encerrar os serviços de duas escolas estaduais. Nós tivemos que recorrer à Justiça, Sr. Presidente, e a decisão liminar dessa ação popular impediu que o governador fizesse isso. Então o governo de Minas Gerais foi impedido de encerrar as atividades dessas duas escolas.

Em seguida, em audiência pública com a secretária de Educação, Julia Sant'Anna, ela garantiu que esse assunto já estava superado, Sr. Presidente, e que a intenção do governo era não encerrar as atividades dessas duas escolas, mas agora, nesta semana, deputado, o governo recorreu da decisão liminar que impediu o fechamento dessas escolas. Então fica muito clara a real intenção deste governo de prejudicar a educação, não só, deputado Bruno, no Município de Barbacena. Agora, em ação judicial proposta por este deputado que vos fala, em Carangola, ontem, uma decisão liminar restringiu o governador de encerrar as atividades da Escola Estadual Professor Augusto Amarante. Então fica muito claro que a intenção deste governo é prejudicar a educação do Estado de Minas Gerais.

No plano de governo do Partido Novo, a educação está elencada como uma das prioridades, e o governador, não sei por que... Parece, talvez, deputado, que ele frequentou muito os Estados Unidos nos últimos meses e confundiu a educação de lá com a do Brasil. Sabemos que escola não se fecha; escola se abre!

Agora, trago mais uma novidade positiva. Esse recurso, deputado Cleiton, em cima da proibição de fechar as duas escolas de Barbacena, foi negado liminarmente. Temos a garantia de que 800 alunos do Município de Barbacena terão direito à educação até o final de 2019. Esperamos que o governo pare de tentar encerrar as atividades das escolas estaduais e que também pare de tentar prejudicar a educação como um todo, porque não são apenas esses serviços de educação nas escolas estaduais, mas também a escola integral, pois ele tem trabalhado para encerrar 80.000 vagas para as nossas crianças. Ele também tem tentado encerrar o serviço dos vigilantes, que trabalham pela segurança das nossas crianças para que nossas famílias tenham tranquilidade quando seus filhos vão à

escola. Relembramos os episódios que aconteceram contra as nossas crianças e os nossos alunos por falta de segurança, nas escolas estaduais.

Sr. Presidente, na minha opinião, este governo está trabalhando contra a educação do nosso Estado. O governador Zema deve entender que o Estado não é uma empresa privada, não é algo que ele fecha e abre na hora em que bem entende. A educação é um bem público protegido pela Constituição. Governador Zema, estou aqui, hoje, dirigindo a palavra ao senhor e à sua secretária Júlia Sant'Anna. Vamos na contramão do que os senhores têm feito. Vamos trabalhar em prol da educação e não contra ela. O objetivo deste governo não deve ser prejudicar a educação e, sim, trabalhar por ela. Sem educação, não existe a mudança.

Eu utilizo, aqui, uma frase para encerrar a minha fala, presidente. A educação não tem preço, mas a sua falta tem um alto custo. Sr. Presidente, essas são as minhas palavras no sentido de que o governo pare de prejudicar a educação dos mineiros. Muito obrigado.

O deputado Duarte Bechir (em aparte)\* – Deputado Doorgal Andrada, V. Exa. fala da educação especial. Todos nós, em nossas visitas, deputado Fernando, somos cobrados. Veja o que a Assembleia tem feito. Quais são as atitudes que os deputados têm tomado para defender a educação em tempo integral? Na minha cidade, como todos temos em nossas cidades, temos a oposição. A oposição diz que não temos tomado nenhuma atitude para reverter esse quadro. Vejo que V. Exa. tomou uma posição até mesmo extremada, porque não dizer, de recorrer à Justiça para impedir o fechamento de algumas das escolas.

Entretanto, temos visto que o governador tem sinalizado – e essa informação chegou ao nosso bloco por meio do líder, o deputado Cássio Soares – que retornarão, paulatinamente, as turmas que foram fechadas. O governo alega que ele não pode manter todas as turmas, agora, em decorrência da falta de recursos. Fui vereador e prefeito. Considero que um grande prefeito, um grande administrador deve ter o discernimento de estabelecer as prioridades. O que é prioridade em meu governo? O que seria prioridade no governo do prefeito Carlos Henrique, do governador? Cada um de nós estabelece prioridades para governar.

Digo que se a educação não for prioridade, em qualquer governo, é porque há algo de muito errado; se ela não for tratada com muito respeito, com muito carinho, existe algo de errado. O governador alega que é falta de recursos. Nós, na Assembleia, temos buscado entendimento junto ao governo e já construímos que ele retornará, nesses próximos meses, com 50% do que foi fechado, e, ainda até o final do ano, com mais 25%, totalizando 75%.

Chegamos num limite, deputado Doorgal, em que as nossas forças terminam. Não somos governo, somos legisladores e temos um limite de ação.

Mas eu quero aqui, nesta pouca oportunidade, parabenizar V. Exa. pela iniciativa, por ter buscado resolver essa questão de outra forma, e até mesmo para os demais pares, caso convenha, buscarem o mesmo caminho. Se é um caminho que deu certo, vamos buscar esse caminho. Mas eu quero deixar clara a minha insatisfação também, e sei que os deputados do Partido Novo também se sentem incomodados com o fechamento da educação de tempo integral. Eu sei, qualquer um de nós sabe. Mas o governador alega falta de recursos. E eu volto, para encerrar a minha fala: falta de recurso é não se estabelecer prioridades do governo. Se existe recurso para outras demandas, o recurso da educação tem que ser o primeiro, para se começar a pensar nas demais a serem feitas.

Quero parabenizar V. Exa. pela fala na tarde de hoje.

O deputado Doorgal Andrada\* – Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Parabéns pelas suas colocações! Deputado, eu tenho um receio muito grande de que, no caso da escola integral, esse retorno fracionado das atividades não venha a acontecer. E digo por quê. Porque é muito fácil analisar as promessas que o governador tem feito e as promessas que ele não tem cumprido. Então, se continuar nessa linha de não cumprir as promessas tanto de campanha, quanto de início de governo, nós não vamos ter o retorno dessas 80 mil vagas da escola integral para o Estado de Minas Gerais. Então eu tenho um receio muito grande de que nós deixemos na mão dele esse cheque em branco, para que ele, fracionadamente, venha a retornar com a escola integral. Eu tenho meu receio. Mais à frente nós vamos poder enxergar a verdade dos fatos, se ele realmente vai cumprir aquilo que acordou ou se não vai cumprir.

Acerca, Sr. Deputado, da ação popular, em que nós tivemos, sim, de maneira extremada, que tomar essa atitude, isso vai acontecer realmente em diversos municípios em que o governador sinalizar o fechamento dessas atividades. Porque a educação é uma prioridade, ela não é um luxo. Então um pai ou uma mãe que tem a tranquilidade de uma criança que vai à escola, de uma criança que vai ao ensino estadual, que, em sua grande maioria, é um ensino de qualidade, não quer que o seu filho perca a oportunidade de estudar.

Então, deputado Duarte Bechir, quando nós ingressamos com essa ação judicial pela manutenção das atividades escolares em Barbacena, os munícipes lá de Carangola ficaram sabendo. E vieram até mim, através do meu gabinete, e falaram: “Deputado, por favor, ajudem-nos em Carangola, que nós ficamos sabendo que, lá em Barbacena, o governador tentou fechar as duas escolas – Escola Estadual Embaixador José Bonifácio e Escola Estadual Doutor Teobaldo Tollendal”. Eles recorreram a mim e disseram: “Deputado, ajude-nos em Carangola”. Eu falei: de prontidão. E nós também ajuizamos uma ação popular muito semelhante à ação proposta em Barbacena. E a decisão liminar foi a mesma, pela manutenção. Ou seja, o governador Zema e a sua secretária estão proibidos de encerrar as atividades da Escola Estadual Professor Augusto Amarante, em Carangola. E nós vamos tomar essa mesma providência em qualquer município em que o governador tentar encerrar as atividades escolares estaduais.

É muito importante lembrar que a nossa Constituição, deputado Fernando Pacheco, estabelece a independência, sim, dos Poderes. Nós temos três Poderes, e a nossa Constituição estabelece as suas independências. Mas ainda bem que essas independências não são ilimitadas. Existe um controle e uma fiscalização de um Poder sobre o outro. E foi dessa maneira que o Poder Judiciário atuou. Ele atuou fiscalizando o Poder Executivo, para que não cometesse mais um equívoco neste governo do governador Zema. Mais uma vez parabéns ao Judiciário por atuar de maneira, na minha visão, correta, restringindo o fechamento dessas escolas liminarmente.

Então é por isso que venho a este microfone hoje, Sr. Presidente, para deixar aqui a minha indignação. E peço aos meus pares que se juntem, para que possamos tomar atitudes juntos, para que possamos reverter esse trabalho tão firme, essa batalha tão confrontativa que o governador tem travado contra a educação. Essas são as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a palavra então ao deputado Professor Irineu.

O deputado Professor Irineu (em aparte)\* – Deputado, eu gostaria de parabenizá-lo também pela sua atitude, pela sua coragem, porque é lamentável quando a gente precisa judicializar ações da educação. Só um governo que realmente não pensa no futuro, não pensa no progresso, não pensa na tecnologia toma medidas dessa natureza.

Então, é lamentável que num estado como Minas Gerais a gente tenha de chegar ao ponto de ir para a Justiça para impedir o fechamento de escola. Acho que esse é o caminho que a gente está encontrando, porque o governo foi para a campanha prometendo que teríamos escolas de tempo integral no Estado inteiro, prometendo que teríamos escolas profissionalizantes, mas hoje nada disso acontece. Realmente é lamentável.

Para completar, tivemos o debate, nesta semana, sobre a questão das escolinhas, dos institutos, proibindo o repasse. E me parece que até está voltando atrás agora – li no jornal *O Tempo* hoje –, mas ainda não está confirmado. Era um trabalho paralelo que a maioria das entidades faziam com as crianças, quando as tiravam das escolas de um horário só e as levavam para fazer o treinamento de suportes especializados. Isso também está sendo cortado. Então, parece-me que é um governo que não gosta das crianças. É muito triste ver isso. Em Contagem, uma região carente, deixamos de atender uma entidade do Barreiro, e 150 crianças foram mandadas para casa em função desse desajeito, desse trem desarrumado do corte, da proibição às empresas de fazerem a doação de 3% em cima do ICMS.

Então, eu fico triste de ver toda essa situação. Sem contar o sucateamento da nossa máquina pública, mas, especificamente na questão da educação, acho que temos de nos unir muito para que possamos trabalhar. Obrigado.

O deputado Doorgal Andrada\* – Com certeza. Parabéns pelas palavras, deputado! Estou de acordo, e vamos juntos enfrentar o que for preciso contra o governo para proteger e defender a educação. Direciono a palavra também aos deputados, ao

deputado Guilherme, que representa o Partido Novo, que, inclusive, na semana passada, apresentou um excelente projeto que visa à transparência nos incentivos fiscais do governo. Parabéns, deputado!

E deixo aqui a minha tristeza, deputado, pelo fato de ter escutado uma inverdade da secretária *Julia Sant'Anna*, deputado Guilherme, naquela audiência pública em que nós todos estávamos presentes. Quando foi tratado do assunto das escolas estaduais de Barbacena, ela respondeu que esse assunto já estava superado, ou seja, não havia intenção do governo de encerrar as atividades. Mas, em seguida, o governo ajuizou um recurso contra uma decisão liminar. O que me parece é que, ou foi uma inverdade dita em audiência pública, ou então o governo mudou de opinião, e agora, realmente, quer continuar prejudicando a educação no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, deputado João Leite, sempre gentil. Eu que tenho que enfrentar agora as estradas falei com ele que sempre tenho que percorrer 700km, pertinho, como a gente faz toda semana – em média são 2.000km, porque quando chegamos lá temos que rodar.

Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputada aqui presentes, caros colegas servidores desta Casa, público presente, telespectadores, pessoal que está acompanhando a TV Assembleia... E gostaria de saber se seria possível que a TV Assembleia captasse esta imagem que vou mostrar. Está sem som, mas pode ser assim mesmo, a imagem diz tudo.

Vamos fazer um relato aqui, caro colega, deputado Bechir, mas queria que os colegas prestassem atenção nessa imagem. O pessoal da TV Assembleia está captando essa imagem aqui.

Esta foi a pergunta que alguns companheiros me fizeram ao ver o vídeo: “Onde é essa situação, em pleno ano de 2019?”. Sr. Presidente, recebi essas imagens hoje, por volta de meia-noite. (– Chora.) Vocês me desculpem a emoção. Mas alguns poderiam pensar que essas imagens eram na África – e até me perguntaram isso. De onde são essas imagens? De onde são essas imagens que vocês estão vendo? Era mais de meia-noite quando recebi essa imagem e não consegui segurar a emoção, desculpem-me. Isso não é na África, deputado Virgílio. Isso é na minha terra. Isso é no Vale do Jequitinhonha, uma região que tem um rio belíssimo, o Rio Jequitinhonha, perene, muito maltratado, ao longo da história, pela mineração e por muitas monoculturas. Uma região onde a gente cresce aprendendo a conviver com a falta d'água, deputado Betão.

Quando chegaram essas imagens, ontem, quis compartilhar com vocês. Isso não é falta de chuva. Isso não é falta de chuva, isso é falta de vergonha na cara, isso é falta de gestão, que vem ao longo de décadas. Ao longo de décadas, a gente escuta que o Vale do Jequitinhonha é o vale da miséria. Costumo dizer que miserável é a cabeça de quem pensa que somos o vale da miséria. Essa cena é em uma região que detém por volta de 90% do lítio do País, essa cena é numa cidade que produz grafite. Essa cena é no Brasil, é em Minas Gerais, é no Vale do Jequitinhonha, é, especificamente, na cidade de Pedra Azul, onde tive a felicidade de atuar como cirurgião. Não é o primeiro ano, sempre ocorre isso lá. Não é o primeiro ano, deputado Cleitinho. Sempre ocorre isso lá. Mas acho que é chegada a hora de um basta. É chegada a hora de um basta, é chegada a hora de tratarmos a questão da água com responsabilidade; e não com caminhão-pipa, como foi historicamente; não com canos e caixas d'água, porque, muitas vezes, não adianta dar uma caixa d'água numa região onde não tem água. Temos que investir em barraginhas, em captação de água da chuva.

Deputada Andréia, não é verdade que o Vale do Jequitinhonha é uma região que não chove. Isso não é verdade. É uma região que chove. Da região do semiárido, talvez seja uma das regiões em que mais chove, só que a chuva é concentrada em uma parte do ano. Aí não existem políticas públicas, nunca existiram, para segurar a água.

É este convite que faço aos caros colegas e a todos os órgãos responsáveis por tratar da questão da água: não vamos tratar da questão água como politicagem, não vamos esperar a época de eleição para distribuímos canos e caixas d'água.

Aliás, existem órgãos importantíssimos na nossa região que sabem lidar com caixa d'água. Coloque a gestão das águas nas mãos da Cáritas, do Cave, do CAA, órgãos que a deputada Leninha conhece muito bem, assim como o deputado Virgílio, que trabalha no Norte, e veremos o belíssimo trabalho que eles farão.

É preciso pensar em construção de cisterna de captação de água da chuva, que é uma tecnologia social barata e que envolve a comunidade, assim como barraginhas e a construção de poços artesianos, com responsabilidade, porque Minas Gerais está virando um queijo suíço, e não recebemos a água que retiramos.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)\* – Deputado Doutor Jean Freire, ouço isso com uma certa preocupação e penso que V. Exa. tem toda a razão em fazer essa manifestação. Não conheço bem o Norte de Minas, mas sempre ouvi falar da falta de água naquela região, ou seja, no Mucuri e no Jequitinhonha. Eu me pergunto: será que se fizéssemos... Você acabou de dizer que Minas Gerais está virando um queijo suíço, mas a principal região que deveria ser esse queijo suíço, que é o Norte de Minas, não está assim. Será que os governos anteriores não tiveram essa consciência? Não sei se lá há algum aquífero que possa ser usado para dar uma sustentação de água àquele povo que sofre tanto. Vejo vídeos, filmagens e áudios de pessoas reclamando a falta d'água naquela região.

A sua fala é totalmente pertinente e tem toda a importância. Não sei até que ponto essa questão da colheita da água da chuva seria suficiente para ajudar aquele povo, mas a questão do queijo suíço que V. Exa. colocou deveria estar no Norte de Minas, no Mucuri e no Jequitinhonha, para que o povo não sofresse tanto, para que os políticos não tirassem proveito da falta da água daquele povo, mas, sim, lhes dessem condições de vida digna, como há em outras localidades. É só isso.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte)\* – Deputado Jean, isso é muito importante, e quero compartilhar este momento, porque você está fazendo um discurso muito afetuoso e fica muito emocionado quando fala da água. Queria compartilhar a minha preocupação com os projetos de mineração que continuam avançando. Esta semana, realizamos uma audiência muito cheia no Serro. E falando de queijo suíço, uma cidade reconhecida como patrimônio pela produção do queijo está sendo coagida a aceitar o projeto de mineração, mesmo que boa parte da população da cidade já tenha dito “não”. E eles não só estão preocupados com a qualidade de vida das pessoas, que certamente estão prejudicadas, mas também com a falta d'água, que já é uma realidade lá por falta de gestão.

Na visita técnica que eu e a Beatriz Cerqueira fizemos ontem, pudemos identificar várias nascentes, que hoje estão dentro de propriedades privadas, com placas da Anglo América e de outras empresas associadas a ela. Então, a empresa já está comprando propriedades que têm nascentes e privatizando, com a intenção de forçar a população a aceitar o projeto de mineração como resposta à falta de estrutura da cidade.

Portanto, o problema da água passa, sim, pelo Norte de Minas, sempre associado à seca ou a um problema climático – e sabemos que não é climático, mas político.

Há outras áreas do Estado de Minas Gerais que podem vir a sofrer com a falta d'água porque estamos trocando a nossa água pelo minério que está saindo. E estamos perdendo a nossa soberania.

Como foi dito aqui por outros deputados, precisamos defender a nossa soberania, mas apresentando alternativas à mineração.

Não aceito fazer defesa de uma economia porca, como a que apresentam essas empresas privadas que invadem territórios, como o Serro, e começam a ameaçar a vida das pessoas com o discurso de que estão apresentando alternativas ao desenvolvimento ou estrutura para a cidade. Hoje as comunidades quilombolas que lá estão presentes sequer foram ouvidas nesse projeto. É muito grave. Estamos falando de como o Estado de Minas Gerais está nas mãos das empresas privadas, que só têm interesse em deixar Minas Gerais parecendo um queijo suíço: só buraco, sem água e sem ouvir a comunidade. É preciso respeitar quando a comunidade está dizendo que não quer, porque, inclusive, há tratados internacionais que protegem essas pessoas.

Obrigada, deputado, pelo aparte. Quero dizer que estamos juntos. O que puder ser feito faremos juntos para enfrentar esse discurso de falta d'água. Na verdade, o que falta é política e boa vontade.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)\* – Pois não, deputado. Até vejo que o seu tempo já se esgota, mas queria apenas dizer que nos governos do PT muito se investiu na prioridade da questão da água. Muito se avançou, mas a água sempre demanda mais. Quando você tem água, você depois precisa de uma água tratada, e se tem água na cidade, ela tem de ser levada também para a zona rural.

V. Exa. colocou muito bem sobre a questão da conservação da água através da conservação dos mananciais, que são importantíssimos, mas também da água da chuva, como V. Exa. bem acentuou. Há outras maneiras de conservar a água também. Porque, às vezes, há água em abundância, mas é mal distribuída; às vezes, não é aproveitada corretamente; às vezes ela é até degradada. Tudo isso tem de ser levado em conta para uma política global de abastecimento de água, de água para todos e água de qualidade.

Água é vida! Fez muito bem em defender, assim, a sua cidade e sua região, que também é nossa.

O deputado Doutor Jean Freire\* – Sr. Presidente, a gente sobe nesta tribuna, mas nunca vi 15 minutos passarem tão rápido. Queria falar de Barão de Cocais também. Mas, para fechar essa questão em relação à pergunta do deputado Heli, na verdade não precisamos que lá seja o queijo suíço. Já temos queijo de qualidade lá, como o queijo do Serro, o queijo de cabacinha. Mas, quanto ao poço artesiano, temos de interpretá-lo como um crime que, às vezes, é necessário. As tecnologias sociais são as saídas.

Quero dizer, deputada Andréia, que o Rio Jequitinhonha, na verdade, nasce no Serro. É lá a nascente dele. Então, a nossa caixa-d'água do Jequitinhonha é o Serro. Enquanto isso, se pensa em construir mineroduto para levar minério através da água numa região onde não tem água, de maneira que poderia ter, se houvesse políticas públicas de qualidade.

Então, para terminar – e o deputado João Leite já pode se dirigir para cá –, deixo essa fala a todos os companheiros: em ano de eleição, o Vale do Jequitinhonha é cheio de avião e de helicóptero. Vem gente em todos os momentos. Queria chamar a atenção e pedir o apoio de todos os companheiros que lá são votados. Há companheiros que recebem votos lá e fazem seu trabalho, mas outros só aparecem de quatro em quatro anos, igual à Copa do Mundo. Então, é hora de juntar forças. Sou deputado de lá, mas não sou o único votado lá. Que possamos lutar por essa região que ainda é a que menos se desenvolve neste Estado de Minas Gerais.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Muito obrigado, querido deputado Antonio Carlos Arantes, vice-presidente desta Casa.

Concedo um aparte imediatamente ao deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Muito obrigado. Queria completar o que foi dito pelo deputado Doutor Jean Freire. Quero dizer – viu, deputado Jean? E já quero pedir o apoio de V. Exa. e dos demais pares da Casa – que apresentamos nesta Casa um projeto que é o plano mineiro de redução de perdas hídricas. O projeto está construído junto ao Ministério Público do Meio Ambiente, com as mesmas 52 ONGs que participaram do projeto Mar de Lama Nunca Mais e com o Ibama de Minas Gerais. Nesta tarde, inclusive, teremos uma outra reunião técnica a respeito do projeto.

Já foi apresentado o projeto, mas a nossa ideia é apresentar um substitutivo a ele para que fique ainda mais completo, ainda melhor. O projeto está sendo construído a várias mãos. V. Exa. é muito bem-vindo na construção desse projeto, que é o plano mineiro de redução de perdas hídricas.

Em 1994, a cidade de Lisboa, em Portugal, perdia 40% da água captada e tratada. Hoje Lisboa perde 4% dessa água. A Coreia perde 0,3% da sua água captada e tratada. Aqui em Belo Horizonte perdemos aproximadamente 40% da água. Nunca vi alguém aceitar um vazamento de 40% num tubo de petróleo, mas aceitamos perder 40% da água que captamos e tratamos. Esse

projeto será um marco revolucionário nessa causa, nessa área de redução de perdas hídricas, na questão da captação do tratamento, das outorgas de água no Estado de Minas Gerais.

Convido V. Exa., deputado João Leite, para participar conosco, e também V. Exas., deputado Jean e deputado Carlos Henrique, pois isso pode ser uma grande contribuição, uma contribuição histórica para esta Casa, para a diminuição da perda hídrica e responsabilidade com a água no Estado. E já demos uma contribuição nesta Casa. Quando, no Projeto Mar de Lama, aprovamos um dos parágrafos que obriga o empreendedor da mineração a devolver a água para o meio ambiente igual à água que ele captou para fazer o tratamento ou melhor. Então esta Casa pode e tem muito a contribuir nessa questão, por isso parabênzo pelo tema e agradeço muito a generosidade do deputado João Leite.

O deputado João Leite\* – Muito obrigado. Quero tratar desse tema também. Na semana passada, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, houve uma situação dramática, que ainda está acontecendo. V. Exa. conhece bem o local. É o último manancial, deputado Tramonte, de Belo Horizonte. Não temos mais mananciais em Belo Horizonte. O único que sobrou, em virtude do trabalho desta Casa, é o manancial do Cercadinho, no portal Sul de Belo Horizonte, próximo ao BH Shopping. Houve uma grande invasão a montante do manancial do Cercadinho. Mais de 100 barracos foram construídos rapidamente, colocando em risco o único manancial, que temos. Fico pensando na irresponsabilidade dessas lideranças que levaram as pessoas para esse local. O manancial do Cercadinho, além de abastecer o Bairro Belvedere, Nova Lima, abastece os três hospitais da região: Biocor, Hospital Vila da Serra e Hospital dos Olhos. Mas essas lideranças levaram as pessoas para construir suas moradias a montante, no alto e os esgotos correndo para o manancial, que abastece os hospitais na divisa de Belo Horizonte com Nova Lima. Não consigo entender onde estamos. E com um discurso de que aquela água é para os ricos. Ora, no Hospital Biocor, no Vila da Serra, que além de ser um hospital geral, é especialmente um hospital para bebês, são atendidas crianças. E essas lideranças estão levando as pessoas, sem nenhuma orientação, a ocupar um lugar, que é um verdadeiro santuário para Belo Horizonte.

Eu me lembro que, quando foram licenciadas 12 torres de apartamentos, na área de recarga do manancial do Cercadinho, esta Casa se levantou. A pressão da expansão imobiliária foi terrível. Fomos enfrentados nesta Casa, mas não recuamos e criamos a Estação Ecológica do Cercadinho, a primeira assinatura foi da deputada Lúcia Pacifico. E estamos defendendo esse santuário. É uma estação ecológica das áreas de manutenção, de proteção ambiental, é a mais restritiva. E os líderes irresponsáveis levaram as pessoas, levaram crianças, para este lugar. Além do manancial do Cercadinho, essa área é tombada pela Unesco. Essa área faz parte da área de preservação da Serra do Espinhaço, anotada na Unesco. Os irresponsáveis foram para lá.

Ah, é uma linha de trem! Esse é outro absurdo. Gostamos de falar que o mineiro é o trem. Usamos o trem para tudo, mas a nossa ação em relação aos trechos ferroviários, que são protegidos por lei federal...

Outro dia me liga uma pessoa, deputado Virgílio, e diz: “Estou sabendo que você está presidindo a Comissão de Ferrovias. Estamos precisando de uma rede pluvial aqui, no bairro. Você pode me entregar? Não vou contar para ninguém. Você me entrega os trilhos, que eu já consegui alguém para serrá-los, e vamos fazer uma rede pluvial”. Eu respondi que foi engano, que ele tinha ligado para a pessoa errada. Os trilhos, bem como os dormentes, estão protegidos, assim como as estações e as caixas d’água. Tudo que está ligado à ferrovia em Minas Gerais está protegido.

“Ah, mas esses líderes da ocupação...” Eu queria ter trazido aqui as bandeiras da ocupação. Foram para lá assassinar as águas dos hospitais, das pessoas; assassinar a reserva da Serra do Espinhaço; matar o nosso sonho de ter uma ferrovia do Belvedere até Inhotim. Brumadinho está chorando, clamando para que se tenha esse trem, porque, na cabeça da população brasileira e de fora do Brasil, hoje Brumadinho não existe mais, foi arrasada.

Ontem, a Comissão de Ferrovias, por requerimento da deputada Marília Campos, estava em Ouro Preto. Estavam lá os prefeitos de Ouro Preto, de Mariana, bem como os vereadores, a representação de Itabirito, de Rio Acima, todos sonhando com a volta do trem para Ouro Preto, porque Ouro Preto e Mariana acabaram. O acesso para essas cidades tem uma barragem de um lado, Vargem

Grande, e uma do outro, Maravilhas. Vargem Grande está numa situação crítica. São 13.000.000m<sup>3</sup> de rejeito de minério. É o mesmo volume do Córrego do Feijão. Sabemos o desastre que é.

Maravilhas, do outro lado da BR-356, tem 93.000.000m<sup>3</sup> de minério. É o novo dilúvio. Ela está em situação crítica. Hoje ninguém mais vai para Ouro Preto. É muito interessante, porque a Vale colocou lá, deputado Sargento Rodrigues, uma placa dizendo: “Área perigosa; dirija devagar”. Eu passo lá e aperto o acelerador. Como dirigir devagar? Há um pare e siga. Você para lá para esperar o rejeito vir à sua cabeça? É um lugar onde você tem de aumentar a velocidade, mas mandam-nos ir devagar. Fico pensando como a Vale gosta dos seus servidores. Há três contêineres, Tramonte, onde os funcionários estão. Não há fuga. Para onde vão fugir se aquele negócio se romper?

O deputado João Vítor Xavier\* – É como aconteceu no Rio de Janeiro.

O deputado João Leite\* – Sim. É como o incêndio no Ninho do Urubu. Não há fuga. Então, estamos vendo o que está acontecendo em Minas Gerais.

Concordo com muitos que falam que falta educação no nosso país e no nosso Estado. Como alguém ocupa uma área de manancial, meu querido professor em meio ambiente, Pedro Chagas? Professor Pedro Chagas, meu orientador, como alguém ocupa? “Ah, é área de amortecimento!”. Qual é o valor da área de amortecimento, da área de recarga de um manancial que serve hospital?

Queria aqui elogiar a imediata resposta da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais. A Advocacia-Geral da União já entrou com um pedido de reintegração de posse. A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais está entrando. A Copasa apresentou os laudos. A Copasa tem um manancial, pessoal! Onde está a presidente daquela instituição? Cadê o pessoal da Copasa? Demorou não sei quanto tempo para dar um laudo atestando que a área é especial, que não pode ser ocupada. Os esgotos vão contaminar o manancial do Cercadinho. Houve uma demora. Faz duas semanas isso, mas a Copasa está lá. Quero aqui reconhecer que o secretário de Meio Ambiente, Dr. Germano, imediatamente entrou em campo, respondendo a nós, a todos em relação à questão, e cobrou os laudos.

Os laudos estão prontos, a Advocacia-Geral vai solicitar a reintegração de posse. Ontem mesmo conversei com o deputado André Quintão e com a Dra. Máira, secretária de Assistência Social de Belo Horizonte, para que haja todo um arranjo para tratar dessas pessoas. Espero que a Sociedade de São Vicente de Paulo, que está ali ao lado dessa ocupação, possa ajudar na reintegração. Espero ainda que a Copasa coloque gente lá para proteger o manancial, porque água em Belo Horizonte... Olhem só: o manancial do Cercadinho está em risco, o Sistema Rio das Velhas tem uma represa chamada Mundo, onde foi explorado ouro com arsênio. O meu professor Pedro Chagas me ensinou que depois que o arsênio é retirado da natureza não há como ser descontaminado, vai contaminar tudo. Não existe descontaminação de arsênio. Se a barragem da Mundo se romper, acabará a água de Belo Horizonte, porque 73% da água vem do Rio das Velhas e do Rio Acima, onde ficam as nossas caixas d’águas.

Nós estamos vivendo um momento de guerra por causa da água. É lamentável! Eu espero que a Copasa responda, espero que as lideranças que levaram essas pessoas lá reflitam sobre o risco em que estão colocando os doentes, as pessoas que estão recorrendo aos nossos hospitais e os moradores de Nova Lima e da região Sul de Belo Horizonte. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriana do Amaral Ribeiro, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Suely Gonçalves do Carmo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

exonerando Vicente Francisco Pereira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Daniel da Silva Alves, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando Isabela Maria Costa Rizzieri, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Suely Gonçalves do Carmo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 41/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cooperativa dos Anestesiologistas de Minas Gerais – Coopanest-MG. Objeto: prestação de serviços de assistência médica, em regime de internação hospitalar e ambulatorial, aos deputados e a seus dependentes regularmente inscritos. Objeto do aditamento: reajustes no valor da consulta médica, mediante correção pelo IPCA, e nos portes médicos da Tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM. Vigência: anual com termo inicial em 1º de abril de 2019.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 45/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A DDTIZA Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas nas dependências da Assembleia Legislativa. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, sem reajuste contratual. Vigência: de 26/7/2019 a 25/7/2020. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 46/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas. Objeto do aditamento: quarta prorrogação contratual. Vigência: da zero hora do dia 25 de junho de 2019 até as 23h59min do dia 24 de junho de 2020. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90 (10.1).



#### **ERRATAS**

#### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.485/2017**

##### **Comissão de Constituição e Justiça**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/12/2017, na pág. 108, na “Conclusão”, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 4.751/2017”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 4.485/2017”.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 42/2018**

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/5/2019, na pág. 52.